



TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL¹

Regina de Oliveira Heidrich²

Elisabete Kops Espanhol³

Vívian Boldt Guazzelli Lisbôa⁴

Sandra de Oliveira⁵

RESUMO

Este artigo apresenta o relato de pesquisa realizada em parceria entre escola de educação profissional e universidade, com o objetivo de maior aproximação dos alunos do ensino médio com a universidade, pro meio do desenvolvimento de pesquisa científica. O foco da investigação é a inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional, em escolas dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Buscou-se, durante a pesquisa, identificar necessidades de adaptações metodológicas ou de materiais pedagógicos para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem nessa modalidade de ensino, especialmente no que diz respeito à acessibilidade. Por fim, são descritas as características desejáveis para as proposições desenvolvidas, bem como os protótipos de tecnologia assistiva desenvolvidos no âmbito da pesquisa.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Educação Profissional. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

This paper presents the research report conducted in partnership between vocational education school and university, with the goal of closest approach of high school students to the university, through the development of scientific research. The focus of research is the inclusion of people with disabilities in vocational education in schools in the municipalities of Novo Hamburgo and São Leopoldo. Is aimed at research, identify needs of methodological or instructional materials adaptations to the improvement of teaching and learning processes in this modality of education, especially regarding accessibility. Finally, the desirable characteristics are described for the developed propositions and assistive technology prototypes developed under research.

Keywords: Disabled person. Vocational Education. Assistive Technology.

¹ Este trabalho resulta de estudos produzidos na pesquisa “Tecnologia assistiva e ensino profissionalizante: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”, financiada pela Fapergs, Edital 03/2014.

² Doutora em Informática na Educação (UFRGS) e Pós-doutora (Estágio Sênior) pela Universidade Técnica de Lisboa (UTL) no Laboratório de Realidade Virtual. Pesquisadora proponente da pesquisa. Docente na Universidade Feevale. E-mail: rheidrich@feevale.br.

³ Especialista em Formação Centrada na Pessoa (Unilassalle) e em Formação de Professores (ULBRA). Professora Orientadora da pesquisa. Docente na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. E-mail: elisabeteke@gmail.com.

⁴ Mestranda em Educação (UFRGS). Professora Orientadora da pesquisa. Docente na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. E-mail: guazzelli@liberato.com.br.

⁵ Doutora e Mestre em Educação. Pesquisadora Colaboradora da pesquisa. Técnica em Educação na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. Docente da Especialização em Inclusão, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Pesquisadora do Centro de Referência em Tecnologia Assistiva (CRTA) para a educação profissional da Fundação Liberato. E-mail: sandra.oliveira@liberato.com.br.



1 INTRODUÇÃO

A educação profissional para pessoas com deficiência no Brasil teve início no ano de 1931, com o surgimento de escolas com esse objetivo. No mesmo ano, o Instituto Nacional de Surdos (INES) desenvolveu oficinas de costura e bordado para as pessoas com deficiência do sexo feminino, o Senai atendia pessoas com deficiência mediante demanda das empresas, e também o Instituto Benjamin Constant (IBC), destinado às pessoas com deficiência visual, “[...] passou a se engajar no ensino profissionalizante, como alternativa à aprendizagem de uma profissão” (MANICA; CALIMAN, 2015).

As primeiras escolas que se engajaram na educação profissional de pessoas com deficiência não poderiam ser consideradas escolas inclusivas, segundo o olhar de Manica e Caliman (2015), embora fundamentais no apoio ao aluno que encontrava dificuldades na escola regular.

Em 2008, foi formulada a Política Nacional de Educação Especial, que apresenta as diretrizes para a educação inclusiva. O documento aborda a garantia de acesso e permanência, com aprendizagem, da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino (BRASIL, 2008b), na perspectiva da educação inclusiva. Por educação inclusiva entende-se o acesso em igualdade de condições e a garantia do direito à educação na rede regular de ensino. Conforme Dutra (2008, p. 1),

[...] tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, afirma como diretrizes para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, a garantia do direito de todos à educação, o acesso e as condições de permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

Nesse sentido, os estudos em tecnologia assistiva vêm cooperando sobremaneira com vistas à constituição de uma escola regular na perspectiva da educação inclusiva. Os recursos de tecnologia assistiva (TA) contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (GALVÃO FILHO, 2009; BERSCH, 2013; BRASIL, 2009). É possível utilizar o termo TA para fazer referência a

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

A pesquisa relatada neste artigo tem por objetivo buscar as demandas em TA existentes em cursos de Educação Profissional (EP) e desenvolver propostas para a criação de recursos de tecnologia assistiva que auxiliem na inclusão das pessoas com deficiência nessa modalidade de ensino.

Quando se fala em inclusão profissional da pessoa com deficiência, a falta de qualificação profissional é um dos aspectos que tem sido usado “[...] como argumento pelo empresariado como um dos fatores



determinantes para justificar o não-cumprimento da Lei de Cotas” (BRASIL, 2008). A baixa participação de pessoas com deficiência nos programas de qualificação profissional está entre as justificativas de criação do “Projeto Piloto de Incentivo à Aprendizagem de Pessoas com Deficiência” pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2008c), que visa a promover a contratação de aprendizes com deficiência, para que posteriormente possam compor o quadro efetivo de funcionários das empresas.

A atenção à empregabilidade das pessoas com deficiência é um fato recente no Brasil. A lei de cotas (lei Nº 8.213/1991) determina que as empresas com mais de 100 funcionários contratem pessoas com deficiência, e a lei da Aprendizagem (lei Nº 10.097/2000) incentiva a empresa a contratar aprendizes com deficiência. Entendemos que, diante desse cenário, as instituições de educação profissional precisam atentar para essa situação, desenvolvendo propostas que reconheçam as pessoas com deficiência como sujeitos que têm o direito de trabalhar em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, conforme já preconizava o Decreto Nº 6.949/2009 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).

Para incluir as pessoas com deficiência nos cursos da educação profissional, não basta apenas criar ou reservar vagas. São necessários investimentos e adaptações, desde o acesso ao ambiente e a materiais didáticos do curso até, muitas vezes, a metodologia de ensino, o processo avaliativo, com vistas à igualdade de condições para a real inclusão desses sujeitos (PASSERINO, 2011; TEZZARI, 2011; THOMA, 2011; CARVALHO, 2010; MANTOAN, 2003). Esses são alguns dos aspectos que pretendemos discutir no desenvolvimento deste artigo, a partir da apresentação da pesquisa realizada.

2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa aqui relatada foi desenvolvida em parceria entre universidade e escola técnica, com o objetivo de possibilitar a inserção de alunos do ensino médio junto à universidade, pelo viés da pesquisa. O foco da análise foi a inclusão laboral da pessoa com deficiência, a partir da investigação de como se dão a formação e a preparação desses sujeitos para a inclusão no mercado de trabalho, além do levantamento das demandas de tecnologia assistiva na educação profissional.

Para realizar a identificação de demandas, foi feito um levantamento junto às escolas de educação profissional dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo, em busca de turmas em que houvesse matrículas de alunos com deficiência. É possível inferir que a pessoa com deficiência, na educação profissional, está presente na maioria nos cursos vinculados ao Programa de Aprendizagem (BRASIL, 2011). Contudo, foi difícil identificar, em outros cursos profissionalizantes, especialmente em cursos técnicos de nível médio e pós-médio, a matrícula de pessoas com deficiência nos municípios pesquisados. Conforme retorno das instituições de educação profissional ao questionário da pesquisa, entre os motivos para essa dificuldade, registrou-se a pequena quantidade de pessoas com deficiência que tenham concluído o ensino médio, o alto índice de evasão da pessoa com deficiência pela dificuldade



de acesso (transporte) e pela falta de acessibilidade dos cursos profissionalizantes, problemas com o repasse de recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, em 2014, que estava financiando a matrícula desses alunos.

Os estudos de caso que integram a pesquisa aqui apresentada foram realizados junto a escolas de qualificação profissional nos cursos de aprendizagem comercial e aprendizagem industrial. Os alunos (bolsistas) participaram ativamente na coleta dos dados de pesquisa, além de atuarem no fichamento das demandas em TA, na proposição de soluções e nas especificações dos produtos a serem desenvolvidos, bem como auxiliaram no seu desenvolvimento.

3 DESAFIOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EP

Vários professores e coordenadores pedagógicos foram consultados para o desenvolvimento da pesquisa, que teve uma abordagem qualitativa. As informações sobre as demandas acerca da inclusão e da tecnologia assistiva foram coletadas por meio de questionários semiestruturados, com questões objetivas e abertas, além da escolha de duas instituições para a realização de visitas, com a intenção de se conversar diretamente com os respondentes dos questionários e entender mais a respeito da realidade da inclusão de pessoas com deficiência nos cursos em que estes sujeitos atuam.

A partir da análise dos questionários e das conversas individuais, alguns aspectos se sobressaíram a respeito dos desafios enfrentados pelos professores e coordenadores na busca para proporcionar um melhor aprendizado aos alunos com deficiência na educação profissional. A tabela abaixo apresenta as principais categorias em que pudemos enquadrar os desafios mencionados por professores e coordenadores.

Tabela 1 - Dificuldades dos alunos com deficiência na EP

Cognição	Comunicação	Motricidade
<ul style="list-style-type: none">• Entendimento / compreensão<ul style="list-style-type: none">• Concentração• Articulação teoria e prática (necessidade de ludicidade)	<ul style="list-style-type: none">• Comunicação verbal• Domínio da escrita formal• Relacionamento interpessoal	<ul style="list-style-type: none">• Locomoção/Mobilidade<ul style="list-style-type: none">• Motricidade fina• Coordenação motora

Relatos obtidos durante a pesquisa demonstram que muitos alunos com deficiência intelectual e psicossocial apresentam dificuldades no entendimento de conceitos e na compreensão de termos técnicos relacionados às atividades profissionais. Um grande desafio enfrentado pelos professores é fazer a associação entre o conteúdo teórico dos cursos e as situações práticas, que possam ser associadas de forma lúdica ao cotidiano desses alunos. Além disso, os professores relatam a percepção



de que as atividades precisam ter sempre uma duração curta e ser diversificadas, pois os alunos não conseguem manter a concentração por longos períodos.

As dificuldades de comunicação são relatadas nos casos de alunos com baixa visão, deficiência auditiva e também intelectual em relação à forma como o conteúdo necessita ser disponibilizado aos alunos. Nas escolas pesquisadas, os alunos surdos contavam com o acompanhamento de intérprete, mas algumas situações em que o profissional precisou ser substituído geraram dificuldades em relação a termos técnicos para os quais havia se acordado sinais específicos com os alunos, e apenas o intérprete conhecia esses sinais, gerando um retrabalho ao precisar buscar junto aos ex-alunos as informações referentes a esses sinais combinados. Identificamos aí a necessidade de criação de um banco de sinais com termos técnicos a ser alimentado em colaboração pelos profissionais e pelos alunos dos cursos que participam do Programa de Aprendizagem e de outros cursos profissionalizantes.

Em relação à deficiência visual, em algumas situações, o material necessitava ser impresso em letras grandes, porém houve professores que citaram a falta de computadores com programas acessíveis como um empecilho para o desenvolvimento de atividades com esses alunos. Alguns dos relatos mencionaram alunos não alfabetizados, fazendo com que o professor precisasse adequar toda a metodologia, para que textos não fossem utilizados com esses alunos, ou atividades que demandassem deles a habilidade da leitura. Houve ainda o relato de casos de dificuldades de relacionamento interpessoal por parte de alguns alunos, que demandam um atendimento específico para cada situação, às vezes com a necessidade de participação da família, outras vezes, de acompanhamento psicológico.

Em relação à mobilidade, a adaptação arquitetônica torna-se um grande empecilho pelo alto custo e pela necessidade de planejamento em médio e longo prazos, como a construção de rampas, elevadores, banheiros acessíveis, etc. Há ainda situações que decorrem das dificuldades de motricidade fina e ampla, bem como de mobilidade, dificultando o manuseio de equipamentos relacionados ao desempenho das funções que o aluno pretende exercer. Nesse sentido, é fundamental a adaptação de equipamentos e/ou ferramentas.

4 CRIAÇÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA INCLUSÃO NA EP

A tecnologia assistiva, não necessariamente, envolve custos elevados ou grandes aquisições de materiais. Muitas vezes, simples adaptações podem ser feitas na própria sala de aula através da

[...] fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC 'recheados' com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades. Com muita frequência, a disponibilização de recursos e adaptações bastante simples e artesanais, às vezes construídos por seus próprios professores, torna-se a diferença, para determinados alunos com deficiência, entre poder ou não estudar e aprender junto com seus colegas (GALVÃO FILHO, 2009).

Um dos objetivos desta pesquisa, além do levantamento das demandas de tecnologia assistiva nas salas de aula da educação profissional, foi a proposição de soluções que pudessem atender às necessidades desses cursos que, muitas vezes, possuem materiais e recursos didáticos tão específicos. A análise das respostas apontou características desejáveis para o desenvolvimento de TA, segundo os professores, sendo elas: (a) materiais adaptados em níveis cognitivos (fácil, intermediário e difícil); (b) *softwares* devem ser acessíveis para pessoas com deficiência visual e/ou não alfabetizadas; (c) ferramentas e equipamentos devem facilitar a acessibilidade física para pessoas com mobilidade reduzida; (d) uso de cores em contrastes; (e) estímulos sonoros e visuais para incentivar o aluno; (f) uso de imagens e sons para alunos não alfabetizados; (g) toda imagem deve ser simples e de fácil associação com seu significado.

Com base nas necessidades identificadas, foi proposto um total de sete soluções em tecnologia assistiva para as demandas relacionadas a: (a) operações matemáticas de contagem; (b) identificar o lugar de cada coisa; (c) organizar tarefas pessoais; (c) Dicionário Técnico de Sinais em Libras; (d) quiz complementar; (e) simulação de plano de negócios; (f) jogo teórico/prático para construção/compreensão de conceitos. Dessas soluções, quatro protótipos foram criados durante o desenvolvimento da pesquisa, com o intuito de contribuir na/no criação/desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva para a educação profissional.

A primeira proposta diz respeito à demanda “operações matemáticas de contagem”, que se aplica à dificuldade de alguns alunos em realizar a contagem de materiais diversos. A atividade deveria ser voltada para um ambiente administrativo de curso de aprendizagem comercial, com o objetivo de auxiliar o aluno sobre como realizar levantamento de estoque, contagem de documentos e outras atividades administrativas que exijam contagem. Para essa demanda, várias alternativas podem ser sugeridas, pois envolve diversas situações. A proposição elaborada pelo grupo foi um “Dimensionador de pilhas”: trata-se de um quadro demonstrativo para contagem de caixas, auxiliando na identificação de número máximo de caixas para casos em que o aluno deve realizar seu empilhamento. A figura 1 demonstra a proposta.

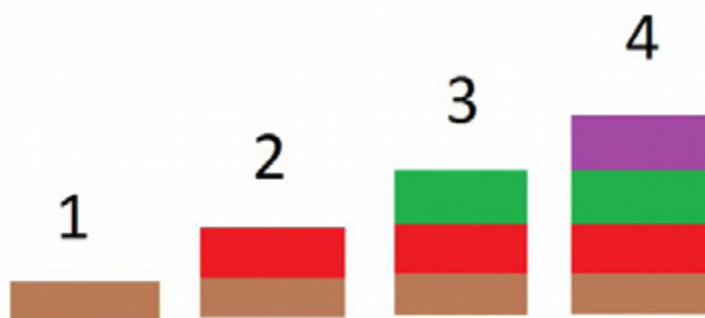


Figura 1 – Quadro dimensionador de pilhas

Em relação à demanda “identificar o lugar de cada coisa”, o objetivo foi orientar o aluno sobre como deve organizar e manter a organização do seu espaço de trabalho e deveria ser atendido em forma de atividade prática, demonstrando que as coisas possuem um lugar certo para o melhor andamento do trabalho. Considerando a importância do lúdico na aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual (CRUZ; ACOSTA, 2014), foi proposto o conceito de um jogo intitulado “Cada coisa tem o seu lugar”. O protótipo tem duas versões: a primeira a ser confeccionada em uma impressora 3D, e a segunda como um jogo digital, para computador. O jogo físico, feito na impressora 3D, simula uma mesa de escritório com peças a serem encaixadas (porta-canetas, documentos, computador, garrafa de água, etc.) para que o aluno tenha uma experiência concreta. O jogo digital terá outras fases, crescentes em dificuldade, envolvendo a organização de outros materiais, como pastas de documentos, material de escritório, fichário, etc. O plano de fundo será a mesma mesa do jogo físico, para manter semelhança e facilitar a interação do aluno com o jogo. A cada etapa do jogo concluída, serão apresentados imagens e sons de incentivo. A figura 2 ilustra o desenvolvimento do protótipo, com os espaços vazios para colocação dos materiais de escritório.

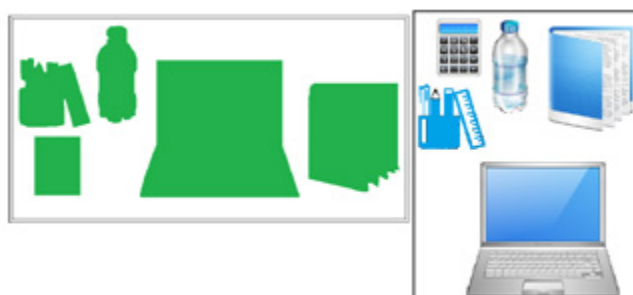


Figura 2 – Jogo “Cada coisa tem o seu lugar”

Para alunos com dificuldades de concentração, seria bom auxiliar a visualização das tarefas diárias, atendendo, assim, à demanda de organização das tarefas pessoais. A proposição para essa demanda é bastante simples, na forma de um painel, que servirá para ajudar pessoas a lembrarem quais são as tarefas diárias que precisam realizar. O painel, então, é feito com figuras, cada uma representando uma tarefa; a proposta é de um painel bem colorido, para chamar a atenção e ajudar na concentração, para as pessoas mais distraídas, podendo ser personalizado, para mostrar aos alunos as atividades que devem ser realizadas na sala de aula ou no trabalho. Para facilitar a personalização das imagens de acordo com a atividade do curso em questão, o painel foi desenhado pelos alunos bolsistas do projeto, com auxílio da mesa digitalizadora.

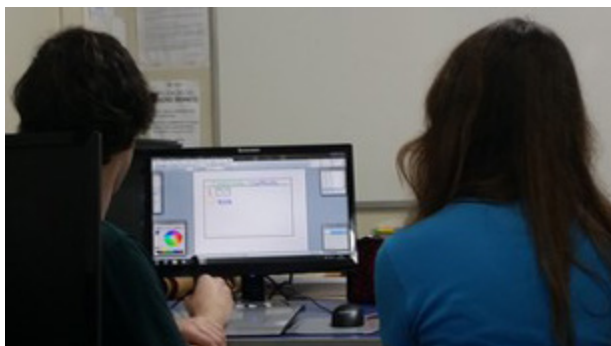


Figura 3 – Desenvolvimento do painel de tarefas na mesa digitalizadora.

Identificamos, ainda, a demanda de um Dicionário Técnico de Sinais em Libras, com termos técnicos da área comercial. Algumas áreas profissionais possuem expressões próprias que, às vezes, não têm um sinal definido na Língua de Sinais. Isso gera um problema para a escola, pois o profissional Tradutor/Intérprete de Libras precisa criar um sinal com os alunos e, quando existe a substituição do intérprete, as informações sobre esses sinais que foram convencionados com a turma se perdem, visto que na escola pesquisada não existe um registro dessas informações. O dicionário será criado no formato de *software* de computador, com a filmagem do intérprete fazendo o sinal, uma imagem relacionada ao termo técnico e a palavra sinalizada em português, com uma definição e sinônimos. A figura 4 apresenta um esboço da tela do *software*.

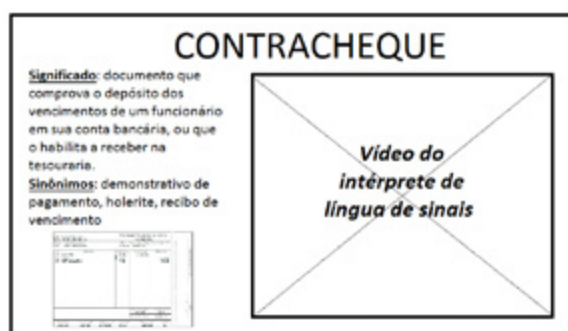


Figura 4 – Tela do Dicionário de Libras

Ambas as proposições foram elaboradas pelos alunos bolsistas do projeto de pesquisa, sob acompanhamento das professoras orientadoras. Algumas demandas ainda não possuem o desenvolvimento de uma solução ou um protótipo, mas estão em fase de elaboração, sendo que todas possuem a descrição (fichamento de demanda em TA) e podem ser encontradas no banco de dados que recebeu o nome de “Observatório de Demandas em Tecnologia Assistiva”.⁶

⁶ Acesso em: <<http://www.liberato.com.br/institucional/crta>>.



O referido banco de dados foi criado no contexto de uma investigação maior da qual a pesquisa aqui apresentada faz parte. Intitulada “Tecnologia Assistiva e Ensino Profissionalizante: interfaces entre Educação, Saúde e Mercado de Trabalho nos Processos de Inclusão da Pessoa com Deficiência” (OLIVEIRA; SARDAGNA, 2014), vem sendo desenvolvida no âmbito do Centro de Referência em Tecnologia Assistiva (CRTA) para a educação profissional da Fundação Liberato.

Pretende-se manter o contato com as escolas pesquisadas, a fim de identificar novas demandas que possam surgir, alimentando o banco de dados “Observatório de Demandas em Tecnologia Assistiva” e contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas e soluções em TA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, ao desenvolver este projeto de pesquisa, a grande importância da tecnologia assistiva para a inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional. O contato realizado com os professores e os coordenadores permitiu perceber que a inclusão ainda é um processo inicial, e ambos os sujeitos envolvidos estão se apropriando da situação, enfrentando cada novo desafio que surge, pois cada sujeito é único e traz consigo potencialidades, habilidades e necessidades particulares.

As condições para o desenvolvimento da pesquisa foram muito satisfatórias. Os bolsistas do projeto apresentaram um olhar técnico diferenciado para as necessidades apontadas pelos professores, sendo oriundos de diferentes cursos técnicos, apresentaram disponibilidade para a pesquisa, demonstrando interesse pelo tema da acessibilidade e implementando ações positivas no dia a dia da escola. Um impacto positivo percebido no ambiente escolar diz respeito ao fato de que bolsistas e professores utilizaram os conhecimentos adquiridos no decorrer da pesquisa para qualificar o trabalho docente e melhorar as relações interpessoais de e com alunos com deficiência da própria escola, nos diferentes cursos.

Os objetivos da pesquisa foram atendidos plenamente, com o levantamento das demandas, a descrição das proposições e a qualificação dos pesquisadores, através da participação em eventos internos e externos à escola, participando de debates sobre o tema e apresentando a pesquisa. O resultado da pesquisa demonstrou a importância da continuidade do trabalho, de criação de espaços para debate e conscientização sobre a inclusão e a tecnologia assistiva na educação profissional. Muitas demandas ainda poderão ser identificadas, pois percebemos que cada turma, curso e alunos têm particularidades e necessidades de adaptações para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência na educação profissional.



REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2013.

BRASIL. CASA CIVIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

BRASIL. CASA CIVIL. **Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: out. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Manual de Aprendizagem: o que é preciso para contratar o aprendiz**. 7. ed. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2011.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília : CORDE, 2009. 138 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 21 abr. 2015

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial no Brasil na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/ 2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, [2008b]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Projeto Piloto de Incentivo a Aprendizagem de Pessoas com Deficiência: orientação à fiscalização**. Brasília: [2008c]. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF973A0548CE/fiscatrab_projeto_aprendizagem2008.pdf> Acesso em: 09 jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 10.047, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

CRUZ, Anelise Cristina da Silva; ACOSTA, Neiva Marta Bartzén. Brincar aprendendo ou aprender brincando? A importância do lúdico para crianças com deficiência intelectual. **Revista Pós-graduação: Desafios Contemporâneos**, v.1, n. 1, jun. 2014. Acesso em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/revposgraduacao>>.



DUTRA, Claudia Pereira. Editorial. **Revista Inclusão**: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 1-61, jan./jun. 2008.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1. ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

MANICA, Loni Elisete; CALIMAN, Geraldo. **A educação profissional para pessoas com deficiência**: um novo jeito de ser docente. Brasília: Liber Livro, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**. O que é? Por que? Como fazer? SP: Ed. Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Sandra de; SARDAGNA, Helena Venites. **Tecnologia Assistiva e Ensino Profissionalizante**: interfaces entre Educação, Saúde e Mercado de Trabalho nos Processos de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (2014-2018). Novo Hamburgo: Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, 2014. [Projeto de Pesquisa].

PASSERINO, Liliana Maria. Salas de Recursos, Tecnologias Assistivas e Processos de Inclusão Escolar a partir da perspectiva sócio-histórica. In: MORAES, Salete C. de. (Org.). **Educação Inclusiva**: diferentes significados. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

TEZZARI, Mauren L. A longa e difícil trajetória das pessoas com deficiência intelectual. In: MORAES, Salete C. de. (Org.). **Educação Inclusiva**: diferentes significados. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

THOMA, Adriana da Silva. Educação Bilíngue para surdos no contexto da educação inclusiva. In: MORAES, Salete C. de. (Org.). **Educação Inclusiva**: diferentes significados. Porto Alegre: Evangraf, 2011.